

ANÁLISE DOS CONHECIMENTOS LINGÜÍSTICOS DOS DISCENTES DO CURSO COMUNITÁRIO PARA CONCURSO DO CAMPUS PORTO NACIONAL - IFTO: DADOS, IDENTIFICAÇÃO E ESTRATÉGIAS.

Adriano de Souza Freitas¹, Haroldo Pereira Costa², Lucivania Pereira Glória³, Lilissane Marceley de Sousa⁴, Márcia DallÁgnol⁵

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais – Unicastelo. e-mail: adriano.freitas@ifto.edu.br

²Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - Unicastelo. e-mail: haroldo@ifto.edu.br

³Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento - Univartes. e-mail: lucivania.gloria@ifto.edu

⁴Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - Unicastelo. e-mail: lilissanne@ifto.edu.br

⁵Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - Unicastelo. e-mail: artemarcia@ifto.edu.br

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo expor um sucinto panorama sobre os conhecimentos linguísticos dos discentes do “Curso Comunitário Preparatório Para Concursos”, divulgado pelo Edital N° 05/2016 do Campus Porto Nacional/IFTO. Essa abordagem destacará quantos estudantes, a princípio, participaram do projeto, de que vertente de ensino são egressos, quais os conhecimentos sobre Língua Portuguesa (LP) que tinham à época. Para a realização desta – que também serviu de diagnóstico para nortear as aulas-, foi utilizado um questionário dividido em cinco (5) etapas, *Perguntas Introdutórias*, *Perguntas Introdutórias acerca da Língua Portuguesa*, *Gramática*, *Produção Textual*, *Língua Portuguesa e Conhecimento para a Vida Profissional e Cidadã* (duas últimas foram preteridas para essa pesquisa). As perguntas foram elaboradas em várias perspectivas, por exemplo, fechadas dicotômicas, de múltipla escolha na vertente mostuário, no estilo avaliação e ainda abertas. A investigação suscitou a ideia de não trabalhar apenas os conteúdos enumerados no edital para o concurso do INSS, principal certame do período. Era necessário revisar outros assuntos, pois muitos discentes se “esqueceram” de determinados conteúdo e práticas, por exemplo, leitura atenta e crítica. Foi percebido que muitos buscaram o cursinho para aprender Língua Portuguesa/gramática, pois têm certeza que tudo é muito difícil e não conseguiram aprender na escola. Foi identificado que a maioria não tem preferência pela disciplina, possivelmente por confundir gramática com LP, isso foi desconstruído. A pesquisa evidenciou por meio de uma pergunta autoavaliativa direcionada aos alunos, que 27 entrevistados consideram ter conhecimentos razoáveis sobre Língua Portuguesa, de um universo de 41. Ainda é importante enfatizar que a investigação favoreceu para a mitigação de informações deturpadas como mostrar que LP não é a mesma que Gramática Normativa e que o estudo bem alicerçado é muito significativo, prova disso é que o curso terá outra etapa e os discentes obtiveram informações importantíssimas da seara linguística.

Palavras-chave: Curso, Língua Portuguesa, Gramática, Pesquisa, Questionário

1. INTRODUÇÃO

O curso comunitário preparatório para concurso foi lançado em fevereiro deste ano (2016), o objetivo era levar para o campus Porto Nacional - IFTO pessoas interessadas em se preparar para o concurso do INSS, todavia outros concursos foram aparecendo e a equipe sempre subsidiava os discentes para os outros certames. Ele foi divulgado ao público pelo EDITAL N° 05/2016/*Campus* Porto Nacional/IFTO, 29 de janeiro de 2016, sendo o docente responsável pela organização o professor Edilson Leite de Souza. Foram colocadas à disposição da comunidade 50 vagas, as quais foram preenchidas rapidamente, ficando também um cadastro de reservas de mais de 50 interessados. As disciplinas ofertadas foram aquelas que constavam no Edital 01 do INSS, de 22 de dezembro de 2015: Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico, Noções de Informática, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Seguridade Social – Direito Previdenciário, Ética no Serviço Público, Regime Jurídico Único – Lei 8.112/90.

Este trabalho, necessariamente, priorizou a análise dos conhecimentos dos discentes acerca da disciplina de Língua Portuguesa em detrimento das outras. Obviamente, isso se deu pela proposta deste trabalho ser mais breve, mas, acima de tudo, porque a investigação inicial foi feita pelo professor de Língua Portuguesa, Adriano de Souza Freitas, e demais colaboradores. Docentes responsável por ministrar as aulas durante três (3) meses. Já no contato inicial, antes da aplicação do questionário, foi percebido, por meio de uma conversa, que os estudantes da turma – assim como em várias situações – não estavam no mesmo “nível” no tocante aos conhecimentos sobre LP, por isso, foi pensado o questionário e aplicado. Após a análise, foram diagnosticadas as dificuldades que os alunos encontravam (pela perspectiva deles) ao estudar “a Língua Portuguesa”.

Após o primeiro contato com o grupo e a aplicação do questionário, foi perguntado o que eles acharam das perguntas. Muitos falaram que haviam esquecido de alguns conteúdos e em outras indagações surgiram dúvidas, mesmo assim, na medida do possível, responderam ao questionário. Prova disso, é que dos 41 documentos aplicados, todos foram devolvidos e poucos não foram respondidos em sua totalidade.

O interessante é que foi perguntado aos estudantes se eles sabiam quais conteúdos seriam cobrados na prova e quantas questões seriam. Poucos alunos se pronunciaram, por isso, foi lido alguns excertos do edital, porém foram enfatizados os conteúdos de Língua Portuguesa. Não foi feita uma leitura rápida, muito pelo contrário, cada item foi problematizado, isto é, os 11 itens foram discutidos e, assim, os estudantes perceberam que se tratava de um universo de conteúdos que não podiam ser lidos de maneira frouxa, nessa perspectiva fala Oliveira (2010, p.11): “o domínio da leitura e, principalmente, o domínio da escrita são competências essenciais para a maioria das atividades profissionais do mundo contemporâneo”. Assim, nada pode ser lido de maneira fria, há de ser problematizado e percebendo como as “bancas de concurso” podem cobrar.

Os conteúdos não foram debatidos conforme a proposta do edital, mas dependendo da necessidade dos alunos e também porque discutimos conteúdos que não estavam neste documento em questão, desta forma, além de outros, vimos fonética e fonologia, separação silábica e uso do artigo. Os dois primeiros foram discutidos com a finalidade de auxiliar no conteúdo de acentuação silábica, pois fora percebido que grande parte dos estudantes não conseguiam acentuar as palavras corretamente, porém o problema não era o entendimento das regras, eles não estavam relacionado a sepa-

ração das sílabas e a tonicidade delas. Após a retomada dos conteúdos básicos, ficou mais fácil progredir nos estudos prescritos no edital. Para essa atividade, foram utilizadas estratégia de fomento à participação, pois é sabido que aulas na perspectiva tradicional não é mais adequada, assim também pensa Oliveira:

Ensinar, à luz da visão interacionista, significa facilitar a aprendizagem dos estudantes, entender o aprendizado como um fenômeno sociocultural. Ao professor cabe a tarefa de proporcionar aos alunos o ambiente e os meios necessários para que eles construam seus conhecimentos. Facilitar o processo de aprendizagem engloba uma série de atos bastante complexos, dentre os quais figuram: oferecer um ambiente afetivo na sala de aula que seja favorável ao aprendizado; dar espaço para que a voz do estudante seja ouvida; sugerir estratégias de aprendizagem; recomendar leituras e transferir informações relevantes para o processo de construção do conhecimento. (Oliveira, 2010 apud, Oliveira, 2008b, 17)

O Alunato foi dramaticamente participativo e isso facilitou o desenrolar das aulas e, por conseguinte, no processo de ensino-aprendizagem. A sinceridade na resposta do questionário – também considerada uma estratégia de interação - e nas perguntas durante todo o curso também foram nevrálgicas.

Os estudantes perceberam que era um momento decisivo, tinham que participar e estudar bastante, não para ser selecionado no concurso, que era o objetivo maior, mas sim que deveriam estudar mais para compreenderem melhor os textos, perceber a importância da gramática na produção textual, saber que Língua Portuguesa e gramática não significam o mesmo, saber que o novo acordo não mudou a língua, porém sim fez algumas alterações gramaticais. Os objetivos do projeto, com enfoque na disciplina de Língua Portuguesa, foram parcialmente alcançados, conseguimos trabalhar boa parte dos conteúdos do exame e os discentes evoluíram exponencialmente no nível de resolução de questões, bem como no nível de interpretação de textos, sobretudo, na análise de questões de provas de concursos. No tocante a esta apreciação investigativa, o objetivo é evidenciar, por meio de dados, os resultados que obtivemos sobre os conhecimentos de Língua Portuguesa do alunato do curso comunitário, bem como as estratégias utilizadas para desenvolver o próprio curso.

2. OBJETIVOS

O principal objetivo da realização do Curso Comunitário Preparatório para Concurso era realmente preparar os alunos para o certame do INSS, porém, sabemos que a função do professor não é apenas essa: preparar para responder provas. O professor tem, entre outras atribuições, que promover situações para desenvolver a criticidade do discentes. Assim pensa o professor Luciano Amaral Oliveira, quando fala da função do professor de Língua Portuguesa:

Ajudar o estudante a aprender a se comportar linguisticamente em diversas situações de interação social é o objetivo principal das aulas de português, o que não deveria ter como foco o ensino da gramática normativa por meio da nomenclatura que a descreve de forma inconsistente. Ensina-se português aos brasileiros para ajuda-los a desenvolver sua competência comunicativa. (Oliveira,

2010, p.43)

Assim, no tocante a disciplina de língua portuguesa, tinha-se em mente desenvolver atividades que seriam solicitadas em 15 de maio de 2016, dia de realização do certame, mas sabíamos que para muitos, o cursinho era o “pontapé” para retomar os estudos, ou mesmo para a realização do primeiro concurso e ainda para ler e escrever melhor. Desta forma, foram realizadas aulas introdutórias para posteriormente avançar nos estudos e trabalhar, obviamente, os conteúdos do concurso.

Iniciamos com trabalhos de leitura, pois os participantes deveriam ler rápido, mas sem perder a “qualidade”, ou seja, percebendo detalhes do texto que seriam importantíssimos para compreensão e, conseqüentemente, para resolução de questões. Em seguida, foi aplicado um pequeno exercício de acentuação, mas foi bem complicado, uma vez que eles estavam com dificuldades em respondê-lo, não sabiam o que havia mudado a partir da perspectiva do “novo acordo” (DECRETO Nº 6.583, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008). Foram explicadas as mudanças ocorridas, retirando a ideia de que tudo havia mudado e as regras se tornaram mais complexas.

O objetivo, no tocante à disciplina de língua Portuguesa, foi alcançando. Obviamente, alguns foram tratados de maneira mais especial, pois não há condições de verificar minuciosamente todos os conteúdos. As aulas de interpretação foram cautelosamente ministradas em vários momentos, mostrando a importância de identificar o tipo e o gênero textual para assim compreender melhor o texto e ter informações necessárias para a resolução das assertivas do concurso. Fizemos pequenos simulados, fala-se pequeno não na qualidade, mas sim no número de questões, pois a intenção era resolver as questões e fomentar nos participantes a seguinte ideia: o estudo não fica restrito à sala de aula, pois nela damos subsídios para que vocês percorram outros caminhos sozinhos.

O estudante é o grande responsável pela construção de seus conhecimentos. Obviamente, ele pode optar por não aprender algo, por não participar o processo de aprendizagem. Mas se decide participar do processo, ele automaticamente assume um papel cognitivamente ativo na construção de seus conhecimentos. (Oliveira, 2010, p.28)

Foi dada uma atenção aos conteúdos de formação de palavras, classes gramaticais e figuras de linguagem por meio de provas de concurso. Baterias de 20 (vinte) questões, sempre discutidas e problematizadas. Não se tratava apenas de acertar, mas de compreender e perceber também que há muitas questões polêmicas.

No tocante aos objetivos da pesquisa em si, podemos destacar que o objetivo principal era fazer um panorama sobre os conhecimentos linguísticos/Língua Portuguesa que os discentes do curso comunitário para concursos tinham, para, assim, mostrar que a partir de um bom diagnóstico - pois precisamos saber quais são as competências que os discentes têm - podemos planejar melhor as aulas e ainda resgatar assuntos que foram olvidados pelos estudantes, e se esta estratégia não fosse utilizada, indubitavelmente, o processo de aprendizagem seria comprometido. Ainda enquanto finalidade deste trabalho, havia a intenção de demonstrar que um docente precisa trabalhar de maneira interacionista, pois o público sempre é muito heterogêneo, sendo assim, não podemos “ensinar” da mesma maneira para todos. Utilizamos uma linguagem mais acessível a todos e tudo era discutido para que, mesmo trabalhando proeminentemente a gramática normativa, proble-

matizássemos as situações para fomentar a criticidade.

Enfim, os objetivos na seara do ensino foram alcançados, bem como os objetivos deste trabalho investigativo, que era demonstrar que o docente mesmo trabalhando gramática normativa pode utilizar estratégias interacionistas, pode e deve fazer um diagnóstico sobre as necessidades dos discentes e deve traçar um perfil dos alunos para assim ser um excelente facilitador.

3. METODOLOGIA DE TRABALHO

Obviamente, um trabalho de ensino e/ou investigativo, como é a proposta deste, é muito pertinente partir de uma boa observação. Ela aconteceu sim, porém de maneira mais veemente antes da aplicação do questionário, o qual serviu para a confecção deste trabalho. Antes de discorrer sobre a metodologia utilizada para ministrar as aulas da disciplina de Língua Portuguesa como vertente do projeto, é imprescindível dissertar sobre alguns tópicos referente à pesquisa, são eles: observação, questionário e pesquisa.

A observação, segundo Marconi e Lakatos (2003, p.97), “não é feita no vácuo. Tem papel decisivo na ciência.”. Elas estão certíssimas, a observação precede muitas ações, não se pode iniciar um trabalho sem antes analisar o local, as pessoas, as ferramentas, por isso, para fazer ciência (considerando que ministrar aulas é uma ciência). Primeiro foram observados os discentes, não apenas em um momento, sim durante todo o curso, porém as primeiras observações são mais agudas. Dessa observação surgiu a ideia de aplicar um questionário, para em seguida focar naquilo que era mais importante para os discentes, paralelamente com essa ideia do questionário surgiu a ideia de “Ensino-pesquisa-extensão”. Assim foi unido o útil ao agradável. Pois depois de aplicar o questionário, além de saber os anseios dos estudantes, para realizar a prática do ensino da melhor maneira, foi obtido um bom material para pesquisa.

Neste trabalho, partimos da observação, depois da aplicação de um questionário, o qual foi dividido em 5 etapas: *Perguntas Introdutórias*, *Perguntas Introdutórias acerca da língua Portuguesa*, *Gramática*, *Produção Textual*, *Língua Portuguesa e Conhecimento para a Vida Profissional e Cidadã*. Deve-se destacar que a enquete foi realizada de maneira a não cansar os discentes ou mesmo provocar a desistência, assim seguimos o que põem Marconi e Lakatos:

O questionário deve ser limitado em extensão e em finalidade. Se for muito longo, causa fadiga e desinteresse; se curto demais, corre o risco de não oferecer suficientes informações. Deve conter de 20 a 30 perguntas e demorar cerca de 30 minutos para ser respondido. (Lakatos, p.203)

As duas últimas foram preteridas para este trabalho, pois outra pesquisa dará mais atenção aos tópicos. A primeira seção da enquete contém quatro perguntas objetivas na vertente mostruário e dicotômicas, a intenção era apenas traçar um perfil, saber idade, sexo, formação acadêmica e local onde estudou ou estudava o ensino médio. Também a intenção dessas perguntas propedêuticas era “quebrar o gelo”, assim, eles responderiam as demais sem muita desconfiança. A segunda seção continha cinco (5) indagações, no estilo tricotômica, de estimação ou avaliação e aberta de opinião, o intento era saber se os discentes estudavam gramática/LP, tinham preferência pela disciplina, saber as dificuldades que eles tinham quando estudavam e ainda qual o nível de conhecimento que eles consideravam ter a respeito da Língua Portuguesa. A terceira parte se restringia à gramática

normativa, seção composta de sete (7) perguntas, objetivando avaliar os conhecimentos que os estudantes têm sobre a estrutura da gramática e algumas de suas normas. As indagações foram todas objetivas, cuja importância foi decisiva para um trabalho mais introdutório, para em seguida ascender nos conteúdos.

No tocante à metodologia de trabalho ou de ensino, deve-se destacar que as aulas foram, acima de tudo, pautadas no diálogo. Mas como objetivo maior era ensinar alguns conteúdos e retirar dúvidas, muitas aulas aconteceram de maneira expositiva, mas sempre com sessões de bons diálogos. Os conteúdos eram colocados no quadro, subsidiado pelo pincel ou mesmo “Datashow”, depois resolvíamos questões atinentes ao conteúdo proposto, isto é, a instituição disponibilizava ferramentas essenciais, diferente do que acontece em várias instituições do nosso país e infelizmente complica o desenrolar das aulas, segundo Oliveira, “A falta de estrutura das escolas públicas angustia professores e alunos e é um fator complicador para o bom andamento das aulas de qualquer disciplina, não só de português” (Oliveira, 2010, p.13). Assim, com boas ferramentas, os encontros eram mais produtivos.

Ainda a respeito dos conteúdos, garantimos que não eram deixados para segundo plano após ministrados, sempre que possível eles foram à tona nas discussões. Muitas apostilas eram entregues, continham um resumo do conteúdo que seria trabalhado, bem como vários exercícios, grande parte destes eram resolvidos em classe, sempre de maneira bem racional, não apenas utilizando dicas – muitas vezes falíveis-, mas sim explicando os porquês para cada resposta. Na metodologia de trabalho alguns textos foram destacados, principalmente, os retirados de provas de concursos, e outros selecionados para variar as leituras, por exemplo, fragmentos de “O Guarani”, de José de Alencar, para assim perceber o tipo textual (descritivo) e diferenciá-lo dos demais; o texto “Conto de Escola” de Machado de Assis, para trabalhar interpretação, coesão, concordância e uso acentuação; “o vôo da águia”, retirado do Jornal Carta, foi utilizado para trabalhar estrutura e formação de palavras, pontuação e figuras de linguagem. A intenção de variar assim a maneira de conduzir as aulas, colocando vários textos e ensinando os conteúdos a partir dele, se deve pelo fato de os estudiosos e os PCN pedirem isso, por exemplo. Vejamos:

Enquanto os professores não adotarem a perspectiva pragmática de língua, o ensino de português se manterá, em muitas escolas brasileiras, no nível das sentenças isoladas, descontextualizadas, sem que se levem em conta os usos que os brasileiros fazem da língua. (Oliveira, 2010, p.37)

E ainda:

Analisar, interpretar e aplicar os recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção. (PCN, p.8)

Portanto, os métodos utilizados, no processo de ensino, foram o expositivo e o interacionista, não por serem os melhores, apenas eram os mais adequados a situação, eles foram subsidiados por ferramentas como textos, exercícios e data show. Os textos foram utilizados tanto para serem interpretados (não foi o foco deste trabalho), quanto serviram de suporte para o aprendizado de tópicos gramaticais. Vários exercícios de fixação foram realizados e simulados aplicados. A metodologia

foi aprovada pelos estudantes e solicitam uma nova etapa do curso. Em outras palavras, as estratégias foram adequadas a situação.

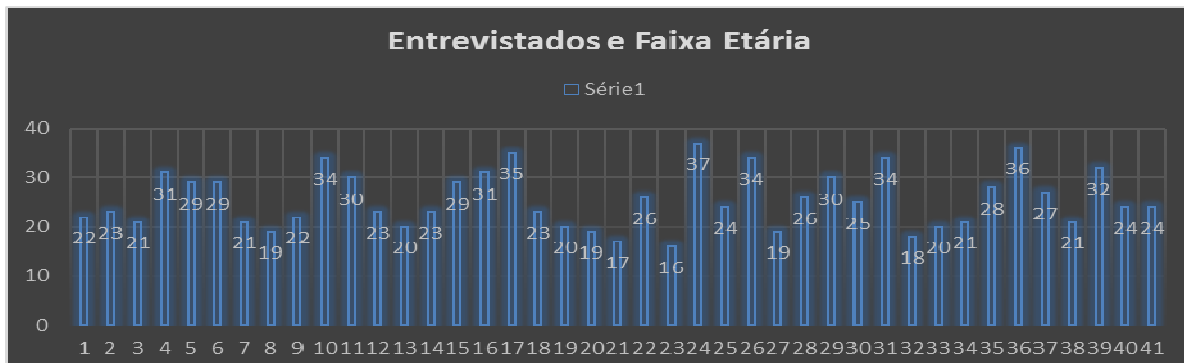
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alguns argumentos sobre esta seção foram colocados introdutoriamente em outras etapas supracitadas. Nesta etapa, os resultados e discussões serão mais realçadas, para tanto serão gizados à luz de gráficos elaborados a partir do questionário aplicado e das experiências vividas em classe.

Como dito anteriormente, a observação foi providencial para o pensar desse trabalho, ela fez suscitar a ideia de fazer uma enquete a fim de realizar um diagnóstico sobre os conhecimentos dos discentes acerca da língua portuguesa e outras situações. De tal forma, foi aplicado o questionário e a partir dele, percebemos várias situações as quais serão colocadas a seguir por meio de gráficos e argumentos. Importante retomar informações sobre o questionário, ele contém 29 perguntas, sendo elas fechadas dicotômicas, abertas e múltipla escolha. Essas perguntas foram alocadas em (5) cinco seções, perguntas *Introdutórias*, *Introdutórias acerca da Língua Portuguesa*, *Gramática*, *Produção Textual* e *Língua Portuguesa e Conhecimento para a Vida Profissional e Cidadã*. Não serão abordados os resultados de todas as perguntas, apenas das três primeiras seções, pois estão mais relacionadas à gramática, foco maior do curso. Os resultados das demais serão destacados em outro trabalho.

Na primeira etapa há quatro perguntas: Idade, sexo, formação acadêmica e local de conclusão do ensino médio. Essas perguntas foram úteis para traçar um perfil dos estudantes, Sabendo que o edital do curso comunitário destacava a inscrição de 50 participantes, apenas 41 responderam o questionário, os demais apareceram apenas na segunda aula, por isso, não foi interessante aplicá-lo. Deste universo verificado, tínhamos 15 homens e 26 mulheres, com idades bem variadas, havia discente com 36 anos de idade e outro com 16 anos, isto significa uma adequação da linguagem para explicação, pois estávamos diante de indivíduos que estavam estudando conteúdos semelhantes na escola e outros que passaram por esta fase há um bom tempo. Curioso nesse dado é o número de mulheres, pois é bem superior ao de homens, mostrando que elas estão mais interessadas nos estudos e, obviamente, em qualificação para ingressar no mercado de trabalho, segundo **G1.com**, “As mulheres com mais de dez anos de idade estudam em média durante 7,5 anos, número superior ao desempenho dos homens, que é de 7,1 anos de estudo. A média geral no país é de 7,3 anos de estudo”. Vejamos o gráfico abaixo que giza o número de discentes e as respectivas idades.

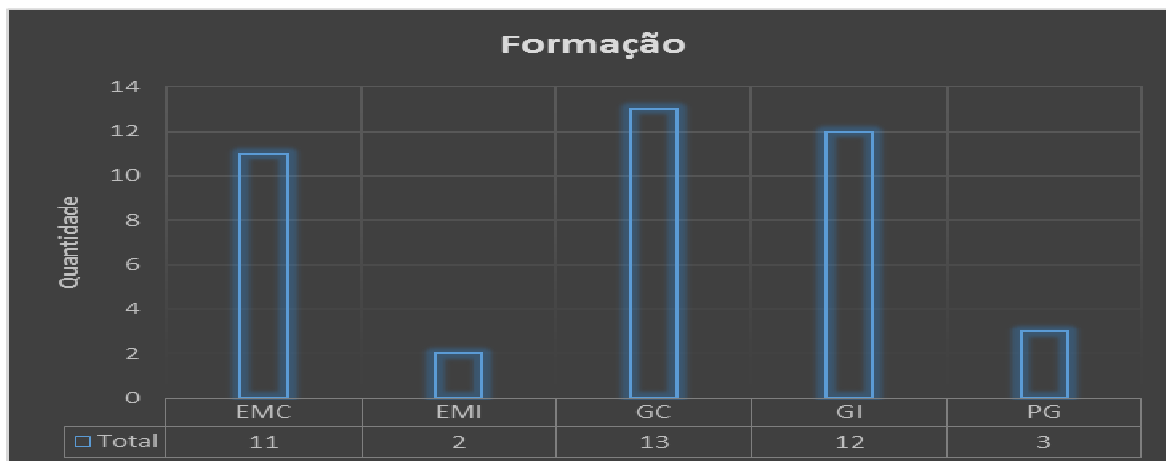
Gráfico 1 – Número de Entrevistados e Faixa Etária



Fonte: Autoria própria, 2016.

Ainda na etapa introdutória da pesquisa, fora verificado a formação “acadêmica/escolar” dos estudantes, essa pergunta - caracterizada por Lakatos como pergunta de fato, pois diz respeito a questões tangíveis (p.208) - foi posta para auxiliar na identificação do perfil do corpo discente. As perguntas foram de múltipla escolha: Ensino Médio incompleto (EMI); Ensino Médio Completo (EMC); Graduação incompleta (GI); Graduação completa (GC); Pós- graduação (PG). Enfim, um público bem heterogêneo no tocante à formação, sabendo que o universo é de 41 estudantes, 11 concluíram o Ensino Médio, 2 estavam estudando o EM, 13 concluíram a graduação, 12 estavam concluindo o curso superior e outros 3 já haviam concluído um curso de pós-graduação. Vejamos o gráfico abaixo, pois ele ilustra bem o que foi exposto anteriormente.

Gráfico 2 – Formação dos Estudantes



Fonte: Autoria própria, 2016.

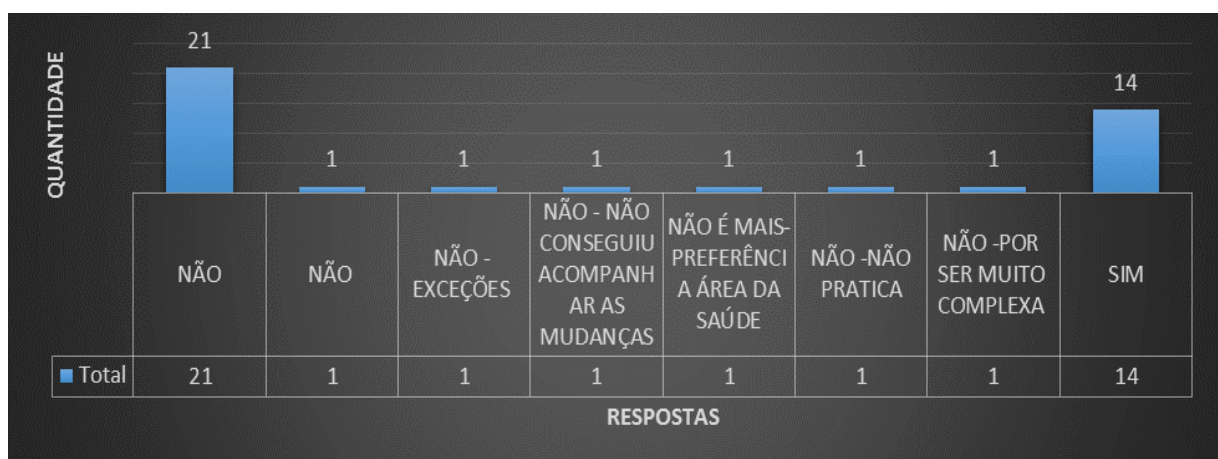
Se analisarmos este gráfico de maneira bem objetiva, poderíamos concluir que as aulas deveriam ser lecionadas de uma maneira bem mais avançadas no tocante à gramática, pois havia apenas dois (2) alunos que não concluíram o ensino médio, grande parte já o concluíra e outros já estavam

até no nível superior. Por isso o diálogo foi tão importante, muitos discentes estavam fazendo cursos superiores em áreas bem distantes da área da linguagem, por exemplo. As aulas pautadas na interação foram adequadas, pois é sabido que não há passagem de conhecimento, ainda menos nessa circunstância de público exacerbadamente heterogêneo, assim pondera Oliveira:

Uma evidência da impossibilidade de transferência de conhecimentos, por exemplo, é o fato de o aprendizado não ocorrer de maneira uniforme em uma turma com 40 alunos, que usam o mesmo livro didático e que têm as mesmas aulas com o mesmo professor na mesma sala de aula. E por que o aprendizado não ocorre de maneira uniforme? Simplesmente, e exatamente porque o conhecimento do professor não pode ser transferido para cabeça do aluno; porque o aluno participa mais ou menos ativamente (ou não participa) do processo de aprendizagem. (Oliveira, 2010, p.27)

Outro fator muito interessante na pesquisa foi perceber que grande parcela do alunato não tinha interesse na disciplina, vejamos o resultado.

Gráfico 3 – Preferência pela Disciplina



Fonte: Autoria própria, 2016.

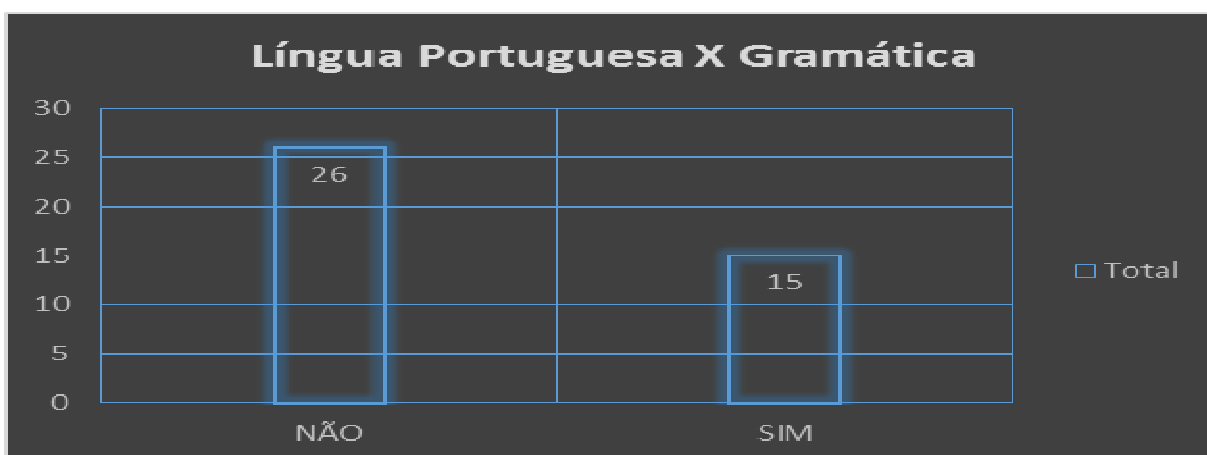
Analisando o gráfico, percebemos que 14 estudantes preferem a disciplina, ou seja, 27 deles afirmaram não haver preferência. A pergunta foi elaborada na perspectiva tricotômica, mas com a opção de inserir algum comentário se optasse pela resposta “já foi, porém não é mais” (considerada também negativa), os estudantes colocaram, por exemplo: “por ser muito complexa” e “Não consegui acompanhar as mudanças”. Analisando, principalmente, as respostas negativas, percebemos que muitos dos entrevistados não perceberam que Língua Portuguesa é diferente de gramática. Eles não sabiam diferenciar bem essa questão (uma etapa da pesquisa trata disso, veremos a seguir), sabem – em sua maioria – que são diferentes, porém não sabem explicar ou mesmo na prática diferenciar. Então, foi feito um trabalho de desconstrução, pois a língua portuguesa não é difícil ou as pessoas não conseguem acompanhar mudanças, sobre essa situação, Bagno afirma:

Essa afirmação preconceituosa é prima-irmã da idéia que acabamos de derrubar, a de que “brasileiro não sabe português”. Como o nosso ensino da língua sempre se baseou na norma gramatical de Portugal, as regras que aprendemos na escola em boa parte não correspondem à língua que realmente falamos e escrevemos no Brasil. Por isso achamos que “português é uma língua difícil”: porque temos de decorar conceitos e fixar regras que não significam nada para nós. No dia em que nosso ensino de português se concentrar no uso real, vivo e verdadeiro da língua portuguesa do Brasil é bem provável que ninguém mais continue a repetir essa bobagem. Todo falante nativo de uma língua sabe essa língua. (Bagnó,2006, p.35)

Foi mostrado que Língua Portuguesa não se resume à gramática e que muitas mudanças ocorridas na gramática normativa não são tão complexas quanto ordinariamente falam. Corroboramos com o que Marcos Bagno disserta e ainda acrescentamos que muitos discentes gostam de ler, gostam de falar, gostam de escrever, por isso que dão preferência a Língua Portuguesa, porém, são obrigados a memorizar inúmeras regras e, assim, acabam criando uma espécie de aversão pela disciplina. Por isso uma explanação foi dada a título de evidenciar que são searas que em alguns momentos se encontram, mas não significam a mesma coisa. Após isso, foi mostrado que os concursos realmente priorizam a gramática normativa, mas há conteúdos que podem ser aprendidos de maneira tranquila, sem aquele método impositivo.

Ainda sobre este maniqueísmo de gramática e língua portuguesa, fora adicionada uma pergunta, eles responderam da seguinte maneira:

Gráfico 4 – Língua Portuguesa e Gramática Normativa



Fonte: Autoria própria, 2016.

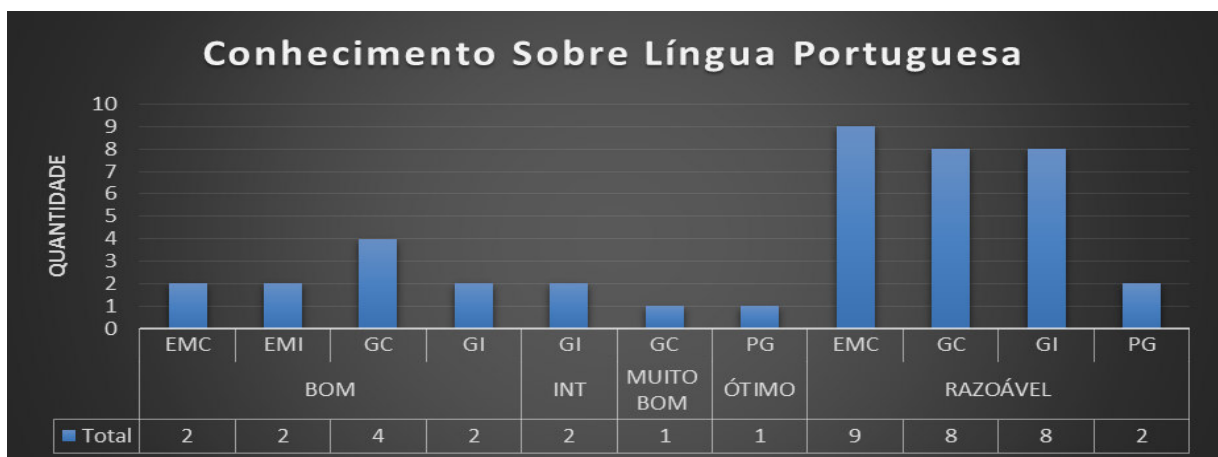
Dos 41 que responderam ao questionário, 26 afirmaram que Língua Portuguesa e Gramática

Normativa não significam a mesma coisa, não obstante 15 afirmaram que significam a mesma coisa. Todavia, após o recolhimento do questionário, foi perguntado ao grupo se alguém realmente sabia a diferença, apenas sabiam que não eram a mesma coisa, haja vista não sabiam explicar. Percebendo esse pequeno embrolho, estudamos linguagem, língua, idioma, fala e gramática, avançamos com a diferença entre língua e idioma, ainda foi trabalhada a questão da formalidade e informalidade da fala. Posteriormente a etapa teórica, foi respondido um exercício para fixação do conteúdo. Este foi retirado do livro “Interpretação e Textos: Aprenda, Fazendo questões gabaritadas e comentadas das principais bancas orientadoras”, de Antônio de Oliveira Lima. O exercício com 20 questões foi respondido em sua totalidade em classe, por meio das respostas dos discentes que iam falando a alternativa correta, percebemos que muitos estavam acertando as questões. Ao final da aula, foi perguntado se havia compreendido o conteúdo, sobretudo a diferença entre língua, idioma e gramática.

Outra pergunta pertinente que deve ser levada em consideração neste trabalho foi a de número quatro (4) da segunda seção: “Qual assunto da gramática normativa você tem mais dificuldade?”. Esta indagação não foi fechada, muito pelo contrário, foi aberta, pois a intenção era que eles escrevessem os assuntos que nós deveríamos trabalhar, para assim retirar este estigma que tudo atrelado a língua portuguesa/ gramática é difícil. As respostas foram bem variadas, assim como era a turma, foram 41 respostas que provocaram uma procera, já que alguns responderam “tudo”, outros responderam “vários” e outros colocaram mais de três itens. Mas alguns foram mais proeminentes, por exemplo, interpretação, acentuação e classes de palavras. Muitos destes conteúdos já estavam no edital, por isso ficou relativamente fácil trabalhá-los.

Para fechar a segunda seção do questionário, fora inserida a seguinte pergunta “Seu nível de conhecimento sobre Língua Portuguesa é?”. As opções destacadas foram **Excelente, Ótimo, Muito Bom, Bom, Razoável e Introdutório**. Obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 5 – Conhecimentos Sobre a Língua Portuguesa



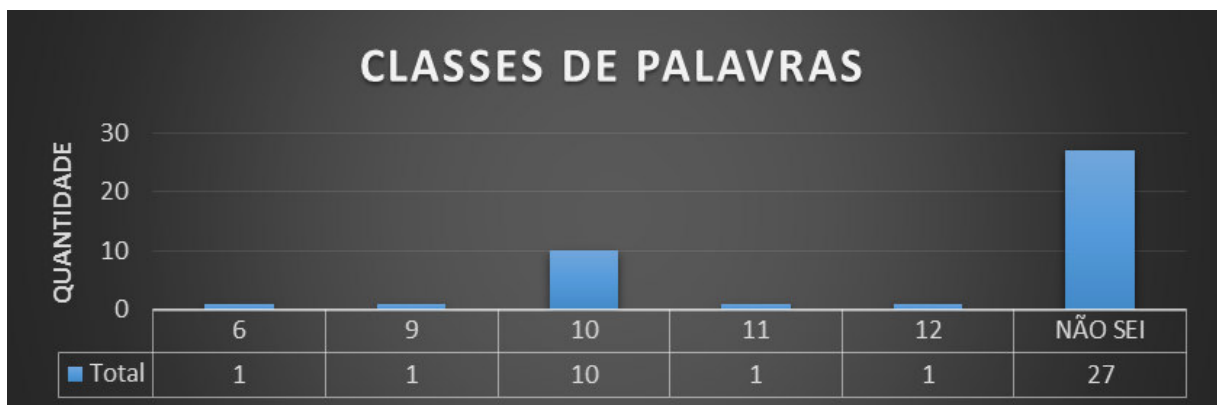
Fonte: Autoria própria, 2016.

Ao ler o gráfico, notamos que grande parcela dos alunos respondeu “razoável”, 10 responderam “bom”, a opção “introdução” foi marcada por duas (2) pessoas, “muito bom” e “ótimo” rece-

beram uma marcação cada, isto é, ninguém marcou a opção “excelente”. Inferimos que os discentes não entenderam a pergunta, pois estávamos tratando de Língua Portuguesa, ou realmente eles acreditam que não são excelentes ou muito bons em se comunicar utilizando-a. Ainda é curioso o fato de discentes que concluíram o nível superior e que possuem pós-graduação não assinalarem que possuem um nível excelente ou ótimo, exceto um. Todavia, isso foi discutido com os estudantes, evidenciado que somos conhecedores da língua, todavia algumas vezes não dominamos alguns pontos da gramática normativa, Consoante Bagno, “Está provado e comprovado que uma criança entre os 3 e 4 anos de idade já domina perfeitamente as regras gramaticais de sua língua! O que ela não conhece são sutilezas, sofisticções e irregularidades no uso dessas regras, coisas que só a leitura e o estudo podem lhe dar. (Bagno,2006, p.35)”.

Na terceira seção do questionário, tratamos de analisar alguns pontos sobre gramática, para saber o nível de conhecimento que a turma possuía. Fizemos perguntas básicas, não iremos analisar todas, porém sim apenas duas, pois, neste momento não é pertinente. Uma pergunta salutar que chamou a atenção foi quando indagamos sobre a quantidade de classes gramaticais. Tínhamos a convicção que poucos não marcariam a resposta correta, não obstante, o resultado foi outro.

Gráfico 6 – Mascote para a copa 2014

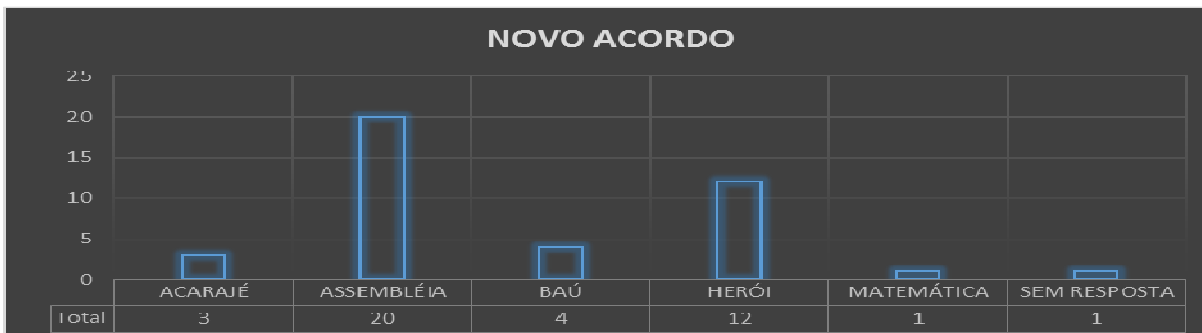


Fonte: Autoria própria, 2016.

A maioria respondeu “não sei”. Deve ser registrado aqui que foram colocadas 12 opções, sendo de 2 a 12 e a opção “não sei”. Poucos marcaram a assertiva correta “10”, curiosamente 10 estudantes marcaram essa opção. Pois as gramáticas escolares consideram 10 classes, por exemplo, “Gramática para Todos os Cursos e Concursos” de Luiz Antonio Sacconi, apenas alguns gramáticos afirmam que são “9”, uma vez que consideram a interjeição como algo isolado. A partir da análise do questionário, tornou-se crucial explicar quantas eram e como são classificadas, pois identificar quando são variáveis e invariáveis é determinante para resolução de questões e para uma escrita mais normativa, foco do curso.

Outra pergunta contida no questionário era inerente ao novo acordo, foi solicitado aos discentes que marcassem a alternativa que contivesse a palavra que não recebia mais acento gráfico devido à mudança que houve. Vejamos.

Gráfico 7 – Novo Acordo



Fonte: Autoria própria, 2016.

Sabemos que o universo dessa pesquisa está limitado ao número de 41 entrevistados, e percebemos que menos de 50 % dos estudantes acertaram a resposta, pois assinalaram a palavra “assembléia”, uma vez que é sabido por “todos” que os ditongos abertos na penúltima sílaba de uma palavra não recebem mais acento gráfico. Não se sabe ao certo por que os discentes marcaram a palavra “herói”, provavelmente criam que o acento que destaca os ditongos abertos tenha sido retirado, por isso, em classe, foi explicado que ele desapareceu na posição das paroxítonas, ou seja, se for uma monossilábica, ou oxítona, ou ainda proparoxítona o acento ainda persiste. Explicando as demais regras, foi destacado o porquê de cada vocábulo ser acentuado, por exemplo, acarajé é uma oxítona; matemática, proparoxítona; Baú recebe acento por ter um “u” tônico que forma um hiato; e, por fim, herói, por ser uma palavra que possui um ditongo aberto, sendo que ela é acentuada pois este encontro vocálico aberto se dá na última sílaba da palavra e nada mudou no tocante à regra, diferentemente da palavra “heróico” que não recebe mais o acento, pois nesse sentido a regra fez alterações. Após análise desse dado, ficou mais notória a necessidade de discutir as regras de acentuação, sobretudo, com base no novo acordo. Nessa etapa de aula, além de explanar a regra, fora discutido um texto, para em seguida inserir o acento dos vocábulos quando necessário, pois o acento em uma palavra pode modificar o sentido de um texto. O resultado foi excelente, pois o número de acerto das questões foi elevado, quando posteriormente aplicado.

Enfim, o questionário e obviamente as discussões após a aplicação foram decisivos para o bom desenrolar do curso, pois foi dado um enfoque nos conteúdos que os alunos solicitaram, que o edital, obviamente, destacava, mas, sobretudo, aqueles com o percentual mais baixo de acertos. Por meio dessas estratégias, foram elucidados vários pontos que deveriam ser dirimidos, por exemplo, não constava enquanto proposta o ensino de fonética/fonologia, separação sílaba e tonicidade, por isso o questionário foi importante para a pesquisa para posterior publicação, como também para diagnóstico mais preciso das necessidades do grupo para desenvolver melhor o processo de ensino-aprendizagem.

5. CONCLUSÃO

O trabalho foi concluído, obviamente, com ressalvas, pois notoriamente havia muito conteúdo a ser trabalhado em pouco tempo e ainda somado a um público heterogêneo, com idade, grau de estudo e conhecimento corroboraram para uma jornada complexa. Mesmo assim, foi bem pertinente, pois a pesquisa comprovou que não podemos seguir programas, conteúdos e informações prescritas sem um bom diagnóstico. A sala de aula não é um roteiro de filme que deve ser seguido à risca – pois até esse mesmo apresenta problemas -, ela é um ambiente bem complexo que deve ser bem analisado.

Mais uma vez fica comprovado que o docente é um facilitador e deve agir assim, deve ser o elo entre o conhecimento e os alunos, sempre facilitando tudo da melhor maneira. Por isso, o questionário foi o cerne da situação, por meio dele, foi possível saber as dificuldades dos estudantes, saber que há muitas informações que eles adquiriram preteritamente de maneira distorcida e corroboraram para uma ojeriza à Língua Portuguesa/Gramática, por isso foram problematizadas.

Fica a dica que todo professor deve fazer um bom diagnóstico da turma, seja por meio de um questionário, seja por uma observação minuciosa, seja por um diálogo bem pensado, seja por informações com outros docentes, mesmo que seja para o ensino de gramática, porque não se pode ensinar sem ouvir os discentes, sem avaliar as origens, saber as idades, saber as curiosidades e ainda os interesses deles. O importante é não ir à sala e ministrar um conteúdo que foi prescrito como um remédio, sem nem avaliar o paciente, devemos lembrar que a base do ensino é o estudante.

REFERÊNCIAS

BAGNO, MARCOS. et al. **Língua Materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo, Parábola Editorial, 2002.

BAGNO, MARCOS. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. 42ª Ed. São Paulo, Editora Loyola, 2006.

BECHARA, EVANILDO. **Ensino da Gramática: opressão?, liberdade?** 12.ed. São Paulo, Ática, 2006.

LIMA, ANTÔNIO DE OLIVEIRA. **Interpretação de textos: aprenda fazendo: questões gabaritadas e comentadas das principais bancas examinadoras**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

OLIVEIRA, LUCIANO AMARAL. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo, Parábola Editorial, 2010.

SACCONI, LUIZ ANTONIO. **Gramática para todos os cursos e concursos**. 5ª edição. São Paulo, Nova Geração, 2013.

SENA, DÉCIO. **Gramática Aplicada para Concursos**. Niterói, Impetus, 2012.



BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Introdução, Ensino Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Língua Portuguesa, Ensino Médio, Brasília, MEC/SEF, 2000.